



CAMINHO REVERSO. IMIGRANTES EMPREENDEDORES ITALIANOS EM SERGIPE – ANÁLISE SOBRE AS PECULIARIDADES DE UMA “INCRUSTAÇÃO MISTA” (MIXED EMBEDDEDNESS EM SERGIPE)

André Luiz Santos de Oliveira¹

RESUMO

Quais as peculiaridades da iniciativa de imigrantes empreendedores que, contrariando um senso comum, resolve optar pelo caminho reverso, partindo de uma economia central ou país desenvolvido, para determinada localidade em uma economia periférica? A questão é abordada ao se examinar o caso de empreendedores italianos que adotaram o estado de Sergipe na última década, região nordeste do Brasil, como opção de destino de seus empreendimentos. Sobre tal grupo, foi promovido um estudo de caso, conduzido sob perspectiva da abordagem analítica do *mixed embeddedness*, aliado à exploração das formas de capital destacáveis no caso. Entrevistas semi-estruturadas conduzidas face a face, foram aplicadas sobre empreendedores italianos que atuam ou atuaram em empresa de médio porte na área de incorporação imobiliária aberta no ano de 2012 na referida região, foram ainda entrevistados clientes nativos dessa empresa. A partir do preconizado na perspectiva analítica adotada, o indivíduo (empreendedor) e suas relações deixam de ter total centralidade enquanto objeto de análise, para se considerar também a importância da estrutura de oportunidades na qual se insere, o quadro político-institucional vigente em dado tempo e local, além das formas de capital que são mobilizadas por esses empreendedores. Resultados indicam que a crise europeia de 2008, contexto econômico do Brasil e oportunidades em Sergipe, à época, como fatores desencadeantes da chegada do grupo. O capital social desses empreendedores se mostrou insuficiente, observando-se também deficiências no capital humano. Tais debilidades são amenizadas com o alto capital econômico e em certa medida pelo capital étnico do qual são detentores.

Palavras-chave: Imigrante Empreendedor. Mixed embeddedness. Formas de capital.

¹ Doutorando em Sociologia. Universidade Federal de Sergipe. E-mail: adv.andredeoliveira@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O interesse sobre a temática desenvolvida na pesquisa tratada neste trabalho surge inicialmente a partir da observação do singular movimento de abertura de empresas por empreendedores estrangeiros nos últimos anos no estado de Sergipe. Tal realidade vem alterando o panorama empresarial na região, seja nas atividades voltadas ao varejo, sobretudo com os chineses, no centro da capital sergipana, seja, menos notoriamente, com italianos e outras etnias, no setor industrial e de serviços. Tais fatos vieram a aguçar a curiosidade acadêmica e o imaginário sociológico acerca das questões que podem ser suscitadas ante tais movimentos em uma região que não costumava ser rota de imigrantes internacionais.

Uma questão que conduz a pesquisa refere-se sobre quais as peculiaridades de ordem socioeconômica de uma iniciativa de imigrantes empreendedores europeus que, contrariando um senso comum sobre as migrações, resolve optar pelo **caminho reverso**, partindo de uma economia central do capitalismo ou país desenvolvido, para determinada localidade em uma economia periférica? No plano teórico, acreditamos que a priorização das teorias pós-industriais é medida adequada na busca por explicação à questão, além de sugerir as causas em torno deste movimento que ocorre em início de século XXI e que se relaciona estritamente com aspectos regulatórios e a ideia de acumulação flexível, temas afeitos à teoria pós-fordista, uma das mais destacadas teorias pós-industriais (Kumar, 1997).

No plano metodológico, foi promovida a aplicação do método Estudo de Caso Único (Yin, 2010), sob a perspectiva analítica do *mixed embeddedness* (com adaptações), modelo analítico desenvolvido por Kloosterman, Vander Leun e Rath (1999) que basicamente preconiza como base de análise a tríade de condicionantes de atuação concomitante, “capital social”, mercado - sua “estrutura de oportunidades” - e o quadro “político-institucional” vigente em determinado período. Esta abordagem analítica, assim, explora não só o contexto micro, como é mais comum na literatura, mas também o *meso* e *macrossociológico* em torno do imigrante empreendedor, compreendendo sua integração e o desempenho de seus negócios em determinado local e tempo. Tais condicionantes do modelo *mixed embeddedness* e a exploração de demais formas de capital mobilizadas por esses empreendedores compõem o arcabouço analítico do presente trabalho. Assim, considerando o enfoque e

pretensões desta pesquisa, foram explorados tanto os aspectos individuais quanto estruturais (*agency and structure*), implicados no objeto e na problemática proposta.

A técnicas adotadas na condução da pesquisa foi a entrevista semi-estruturada feita presencialmente, aplicada a 05 (cinco) italianos dentre os que atuam, ou em algum momento, atuaram na empresa com sede na cidade de Aracaju, capital do estado de Sergipe - região nordeste do Brasil. Apesar do pequeno número de entrevistados, esses consistem em praticamente todos os italianos que passaram pela gestão da empresa desde a sua abertura no ano de 2012. Foram também entrevistados 03 (três) nativos, clientes da referida empresa que atua no ramo de incorporação imobiliária, construção civil e venda de imóveis.

Constata-se que no caso explorado, o “fator de repulsão” ou uma das razões que contribuiu para se buscar uma localidade para empreender fora da Europa, foram as consequências, naquele continente, da crise mundial deflagrada em 2008. Do lado brasileiro, funcionou como “fator de atração”, a “estrutura de oportunidades” na região de Sergipe, com as peculiaridades favoráveis do setor imobiliário à época, além da previsão legal que permitia a aquisição de terras por estrangeiros e suas empresas. Entre as formas de capital mobilizadas por esses empreendedores, destacamos o capital social transnacional, capital econômico, capital humano, além do capital étnico como influenciadores da experiência desses imigrantes empreendedores italianos no Brasil.

1. PÓS-INDUSTRIALISMO, FORMAS DE CAPITAL E O IMIGRANTE EMPREENDEDOR INTERNACIONAL EM UMA ECONOMIA PERIFÉRICA - FUNDAÇÕES CONCEITUAIS

As teorias pós-industriais têm despertado grande interesse na transição de final de século XX e início de milênio. Segundo Kumar (1997), a explicação, estaria no alto apelo dessas teorias sobre questões que permeiam a sociedade atual. Ainda que não sejam unanimemente acolhidas (“todas as teorias são parciais”), ressalta o autor, que não se pode negar a “fecundidade” que elas promovem desde quando emergiram na teoria sociológica no último quarto do século XX.² O mesmo autor destaca três como as mais relevantes dentre as chamadas teorias “pós - industriais” - a teoria da

² KUMAR, op. cit.

Sociedade de informação, o Pós-fordismo e o Pós-modernismo. Ressalta ainda, as transformações por que passam tais expressões no contexto da “globalização”, que atinge, segundo o autor, todas as sociedades modernas – “e pós-modernas.”³

As sociedades contemporâneas demonstram um novo ou reforçado grau de fragmentação, pluralismo, individualismo, mudanças na organização do trabalho e impactantes avanços na tecnologia, fatores destacados pelos teóricos pós – fordistas. Tais mudanças ou sintomas podem estar associados também ao declínio da nação – estado e das culturas nacionais dominantes. A vida política, econômica e cultural é agora muito influenciada por fatos que ocorrem no nível global. Esse fenômeno teve, inesperadamente, como um de seus efeitos, a renovada importância do local e uma tendência para estimular culturas subnacionais e regionais.⁴

Um dos possíveis vieses de abordagem ou “parâmetros de análise”, do fenômeno socioeconômico tratado neste trabalho é o fato de considerá-lo um fenômeno de descentralização produtiva transnacional (acumulação flexível, na gramática pós-fordista), com implicações migratórias, que tem como destino o estado de Sergipe, região sem nenhuma tradição de imigração italiana de qualquer tipo. Entre outras características, tais teorias destacam ainda: os processos de descentralização, inovação de processos e diversificação; foco no conhecimento, como importante força econômica de produção, supressão do espaço e tempo, desterritorialização e valorização do “local”, atributos que reforçam ainda mais, a ideia de considerarmos as teorias pós-industriais como adequadas à ótica de exploração e à explicação do fenômeno estudado neste trabalho, sobretudo, em seus aspectos macrossociológicos.

A partir da ruptura de sistema em parte promovida pela crise de 1973, inaugura-se um período de rápidas mudanças, instabilidades e incertezas, onde passam a ser observados a adoção de mercados e processos de trabalho mais inovadores e flexíveis, mobilidade geográfica, mudanças no comportamento do consumidor, revitalização do empreendedorismo, “neo-conservadorismo” em paralelo ao insurgente pós-modernismo na cultura, como características de um novo sistema de produção e *marketing*. HARVEY (1990) baseia o regime na flexibilidade tanto nos

³ Ibid.

⁴ Ibid., pp. 132 -133

processos quanto nos mercados de trabalho, nos produtos e nos padrões de consumo e caracteriza a chamada acumulação flexível nos seguintes termos:

[A cumulação flexível] caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas formas de prestação de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, inovação comercial, tecnológica e organizacional. Tem-se verificado rápidas mudanças no padrão de desenvolvimento assimétrico, tanto entre sectores como entre regiões geográficas, dando origem, por exemplo, a um grande aumento de vagas no chamado "setor de serviços", bem como arranjos industriais em regiões que até agora eram subdesenvolvidas (como a "Terceira Itália", Flandres, os vários 'vales do silício', para não falar da vasta profusão de actividades nos países em vias de industrialização) (HARVEY, 1990, p. 147).

Enquanto o regime de política econômica e governança fordista estão associados ao crescimento de organizações corporativas de larga-escala, com estruturas de gerenciamento burocrático, altamente hierarquizadas, estados de bem-estar social e conhecimentos profissionais associados a serviço do interesses de corporações e do estado, "em contraste", o pós-fordismo é compreendido em termos de especialização flexível e estruturas gerenciais mais horizontalizadas e ainda o declínio dos programas de bem estar social estatais e a ascensão da "economia do conhecimento (ANDERSSON, 1999).

Alguns dividendos para a sociologia na transição do fordismo para o pós-fordismo são apontados por Holmwood (2011), alinhando-se a outros comentadores, o autor argumenta que a transição trouxe consequências positivas para a sociologia, tal como o fortalecimento da crítica sociológica; outro elemento proveniente dessa transição seria a emergência de nova forma de conhecimento instrumental - o dos "estudos sociais interdisciplinares aplicados". Um dos impactos dessa evolução seria o de que o conhecimento gerado por meio da sociologia vem a perder o privilégio de detentor de "crédito de autoridade"⁵, entrando em uma crescente competição com o conhecimento social produzido por meio do setor privado e por agências do setor público. Esse ambiente de intensificação da autocrítica dentro da própria sociologia teria tido como uma de suas consequências o movimento de abraçar a ideia de "conhecer o capitalismo" (HOLMWOOD, 2011).

Refletindo sobre a relação entre o regime de acumulação flexível e o local, ainda que os diversos "locais" onde se operam as iniciativas da acumulação flexível possam, de um modo geral, comungar de certas regras elementares e universais de economia

⁵ No original *claim o authority* (tradução nossa). In: HOLMWOOD, op. cit.

e estarem inseridos em certos mecanismos de mercado como, em um exemplo elementar, a oferta e demanda ou a busca por lucro, o estudo sobre o “local” enquanto ambiente relacional ou conjuntural, leva a entender que seria inapropriado, não levá-lo em consideração ou tratá-lo como uma espécie de “não-lugar”⁶, como um grande supermercado ou aeroporto com suas regras, padrões e mecanismos universais.

Os diversos possíveis destinos ou ambientes onde se processam fenômenos de descentralização produtiva e acumulação flexível possuem, em um dado momento histórico, peculiaridades que os tornam uma opção mais ou menos convidativa a certas investidas socioeconômicas. Ainda que da parte do capital possa sempre haver certa pretensão de ajustar aos seus termos qualquer realidade ou configuração local. Ou mais uma vez parafraseando Harvey (1990), o capital transforma “circunstâncias geográficas aparentemente contingentes e as reconstitui como elementos internos estruturados de sua própria lógica abrangente”. Ou, remetendo a Weber (1971), poderíamos promover uma extensão de conceito, ao dizer que o mais conveniente para a “ação” da acumulação flexível, seria ao fim das contas, a opção de utilizar-se sempre, o mais aproximadamente possível, de um “tipo ideal” de “local”.⁷ Salienta-se, porém, que a ênfase na abordagem pós-fordista deve agregar as releituras e elementos epistemológicos impostos pelo advento da globalização, como também, ainda que pontualmente, visando maior alcance explicativo, não devem ser dispensados alguns elementos ou o amparo em substrato próprio de outras teorias pós-industriais.

1.1. O IMIGRATE EMPREENDEDOR

Um dos aspectos implicados na questão da acumulação flexível, que tange mais diretamente os indivíduos é o da imigração, seja essa decorrentes de movimentos domésticos ou internacionais. De um modo geral, a ideia estabelecida em torno do

⁶Termo cunhado por Marc Augé (1992) e serve para designar certos lugares públicos impessoais que seguem padrões de estrutura, ambientação e interação bastante similares entre si e que são universalmente adotados. Como aeroportos, supermercados, estações de metrô, hotéis etc. In: AUGÉ, Marc. **Não-lugares**. Papirus Editora, 1994.

⁷ A associação entre “não-lugar” e “tipo ideal” de Max Weber (“[1922]*1971”), também foi pensada por Teresa Sá (2014). Nesse mesmo trabalho, ela também comparou o não-lugar com o “lugar antropológico” outro termo cunhado por Marc Augé. Cf. SÁ, Teresa. Lugares e não lugares em Marc Augé. **Tempo Social**, v. 26, n. 2, p. 209-229, 2014.

migrante ou da migração é a da pessoa ou coletivo que deixa sua região de origem por razões tais como perseguição política, religiosa ou situações de precariedade relacionadas à crises e questões socioeconômicas, na busca por estabilidade e, sobretudo, oportunidades de trabalho. Tal concepção restritiva sobre o imigrante, parece não resistir à evolução dos estudos voltados aos movimentos migratórios, que propiciou uma grande amplitude ao tema, no que dentro da proposta do presente trabalho, nos atemos, especificamente, ao panorama do migrante empresário ou empreendedor.

Adota-se aqui o conceito de empreendedor proposto por Mckenzie, Smothers e Ugbah (2007), ou seja, empreendedores enquanto “indivíduos e grupos de indivíduos buscando e explorando oportunidades econômicas”, complementada pela ideia do empreendedor como “articulador de redes” (VALE; WILKINSON e AMÂNCIO, 2008, p. 7). Propomos, no que tange às redes sociais, uma abordagem em multinível dos laços estabelecidos, ou seja, tanto como indivíduo empreendedor, quanto a partir das relações dos negócios que administram, enquanto instituições (BRAILLY et al, 2016). Solé *et al* (2007) enumeram as teorias mais relevantes a respeito das economias étnicas,⁸ a partir de trabalhos relacionados ao tema desenvolvidos tanto nos Estados Unidos, como em alguns países europeus. Elencam três grandes grupos de teorias, sendo elas: (1) As teorias de caráter étnico-cultural, que enfatizam a afinidade entre características culturais e o sucesso empresarial; (2) As que tratam o êxito ou não dos negócios étnicos como consequência direta de fatores peculiares à sociedade receptora, tal como as questões de inserção no mercado de trabalho e (3) a aproximação chamada “modelo integrador”, “que tem seu eixo na interação entre os recursos internos dos diferentes grupos, tais como recursos de classe e étnicos, em função das estruturas externas de oportunidades.”⁹ O traço comum a todas essas teorias é a identificação dos fatores que subjazem no contexto das iniciativas empreendedoras dos diferentes grupos estudados.

Em estudo sobre novos imigrantes e seus empreendimentos, Jones *et al* (2012) alegam que pouca atenção acadêmica vem sendo dispensada a nova leva de imigrantes chegados ao Reino Unido, a partir dos anos 1990, apesar de sua presença

⁸ Os estudos voltados para o migrante empreendedor e seus negócios, normalmente se utilizam dos termos empreendedorismo étnico, negócios étnicos, economias étnicas entre outros. (e.g. MÁRIO SERRA TRUZZI e SACOMANO NETO, 2007).

⁹SOLÉ et al, op. cit., p.17

socialmente transformativa (JONES, 2012). No caso, trata-se de pessoas de diversas etnias e que imigram provenientes de inúmeras partes do mundo, razão pela qual se atribui ao fenômeno o caráter de promotor de uma “super diversidade” (*superdiversity*). Alegam, também, que o impacto desses novos imigrantes sobre o cenário do mercado dos pequenos negócios é um fato notório e crescente na economia das cidades maiores daquela região.

Entre os resultados obtidos pelos autores, destacam haver nos enfrentamentos vivenciados por essas novas levas de imigrantes, em boa parte, uma reprodução dos fatores que influenciavam a realidade dos antigos imigrantes, tais como precariedades, falta de apoio político e pífia lucratividade, mostrando-se o empreendedorismo apenas como uma forçada alternativa ao desemprego, uma medida “simplesmente para garantir a sobrevivência”. Salienta-se porém, que tal perspectiva negativa sobre o empreendedorismo mostrou-se mais acentuada para os grupos de origem africana e médio-oriental, quando comparados aos grupos provenientes do leste europeu, para os quais eram ofertadas opções de ocupação mais diversas e viam no empreender uma opção de mais autonomia e liberdade, com as alegadas vantagens do “ser seu próprio chefe”.

Ainda sobre o tratamento diferenciado a diferentes etnias, porém dentro do contexto da relação entre Europa e América Latina, Canclini (2003) enfatiza a distância que existiu e continua a existir entre o discurso humanista e as práticas das políticas voltadas ao imigrante. Aponta que hoje mais do que no passado, diversos países europeus dispensam tratamento desigual aos imigrantes e turistas das várias nações da América Latina. Do lado latino americano, em contrapartida, não ocorre relações equânimes com todos os europeus. Por exemplo, já se mostrou preferência por alemães em relação a portugueses, franceses a espanhóis. Defende ainda o mesmo autor, que atualmente a visão sobre a concorrência e a discriminação no mercado, é bem diferente do que ocorreu, em tese, na época em que o iluminismo e as ideias da Revolução Francesa prevaleciam nas constituições dos países e inspiravam as relações.

A concorrência e a discriminação no mercado prevalecem sobre a universalidade de direitos políticos e culturais. Portanto, por mais que nos dias que correm se fale muito mais de integração entre países latino-americanos e europeus e se realizem acordos mais concretos que em qualquer época anterior, a abertura aos outros, a construção

de uma interculturalidade democrática, está mais subordinada ao mercado que em qualquer época precedente. (CANCLINI, 2003, p. 76)

Sendo a principal finalidade do mercado o crescimento e a lucratividade, aí também estaria a motivação maior para a “interculturalidade democrática” e a formação de redes.¹⁰ Destaca-se ainda, a ênfase que o estudo promove sobre o modelo de Kloosterman et al (1999) cunhado como “*mixed embeddedness*”, que traria ainda o atributo de contribuir na superação das limitações da abordagem integradora, quando em aplicação ao contexto europeu.¹¹

Esse modelo, mostrar-se-ia, assim, como um aprofundamento da ideia de que as empresas estariam somente condicionadas às decorrências da imersão na sua “própria rede social”, como insistia Granovetter (1985). Entretanto, tal ideia, ainda segundo Trevor Jones et al (2012), não visa minimizar ou redimir a importância do capital social, ao contrário, reforçam o reconhecimento das redes sociais como decisivo na ausência de outras fontes de recursos, ideia defendida também por Kloosterman (2010). Nesse mesmo sentido, Rath (2002) examina com crítica as pesquisas sobre o migrante empreendedor que focam somente no *social embeddedness*, visto considerar insuficientes. Argumenta que para uma compreensão satisfatória do empreendedorismo, uma abordagem mais estrutural se faz necessária. Aconselhando a adoção do *mixed embeddedness* dado que: “as relações e transações estão imersas (*embedded*) de modo mais abstrato em estruturas político-institucionais mais amplas” (RATH, 2002, p. 5). A decisão de migrar para outra nação é, assim, em parte influenciada por uma favorável estrutura político-institucional, seguindo os argumentos defendidos nos estudos liderados por Kloosterman (1999, 2001, 2006, 2010) ou em termos pós-fordistas, seria consequência de um convidativo modo de regulação, sobretudo no caso do imigrante empreendedor.

O ano de chegada dos empreendedores italianos a Sergipe coincide com o começo do governo Rousseff, quando ainda não se sentia efetivamente os efeitos da crise mundial e o país vivenciava a bonanza, característica do governo anterior -do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A popularidade e protagonismo do país ainda estava em alta, como também se encontrava em expansão o ramo de atividades dos referidos empreendedores no país e os investimentos externos. Porém, um fato

¹⁰Ibidem.

¹¹Solé et al, op. cit.

marcante que veio, anos mais tarde, a influenciar a vinda desses empreendedores ao país, foi a permissão ocorrida no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), para compra de terras no Brasil, a estrangeiros, sendo este um elemento da estrutura político – institucional ou em outros termos, do modo de regulação, facilitador da vinda desses empreendedores para o Brasil.

Compulsando a legislação nacional, o dispositivo legal que rege tais situações é a Lei. 5709 do ano de 1971, ou seja, bem anterior ao governo FHC. Com o advento da promulgação da Constituição Federal de 1988, entretanto, prevaleceu por algum tempo o entendimento que o referido dispositivo não teria sido recepcionado pela Constituição Federal, tendo sido, assim, revogado por esta, passando a vigorar, apoiado pelo Governo Federal, a posição de não restrição à aquisição de imóvel rural por pessoa jurídica brasileira, ainda que controlada por estrangeiros. Tal orientação foi concretizada por parecer da Advocacia Geral da União no ano de 1997 e aprovado pelo então presidente FHC em 1998, sendo, assim, essa permissão do Governo Federal crucial para a atividade de incorporação imobiliária, que viabiliza a aquisição de terras por estrangeiros.¹²

Tal exemplo, mostra que o fator regulatório ou um quadro político-institucional favorável é de grande relevância na exploração da referida categoria do imigrante empreendedor, vertente relativamente pouco frequente na literatura dedicada aos estudos migratórios, que no caso específico dos italianos empreendedores no Brasil, pode ser considerada ainda como uma “burguesia migrante” (CAPPELLIN, 2008, p. 49), termo que traz uma simbologia, ao designar uma modalidade de **migrante overclass**, detentora de recursos que, a princípio, a faz pairar acima da maioria dos demais migrantes.

2. A APLICAÇÃO DO ESTUDO DE CASO SOB A PERSPECTIVA ANALÍTICA DO *MIXED EMBEDDEDNESS*, COM ADAPTAÇÕES

A abordagem metodológica adotada neste trabalho foi a adoção do método Estudo de Caso (Único) (Yin, 2010) em combinação com o modelo analítico do *mixed*

¹²A orientação dada pelo parecer da Advocacia Geral da União - AGU/LA nº 01, de 1997 e que tinha o poder de revogar o art. 1º, § 1º, da Lei nº vinculava todos os órgãos do Poder Executivo Federal, foi aprovado pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso através do Parecer GQ nº 181/1998.

embeddedness, sendo esta considerada perspectiva analítica de grande alcance explicativo tendo em vista as questões que conduzem o presente trabalho. Considerando que a entrevista junto aos empreendedores foi a técnica prevaemente adotada em campo, a partir das quais foram colhidas evidências empíricas. Suplementarmente, utilizamos no tratamento dos dados colhidos de alguns procedimentos do método Análise de Conteúdo, considerando os termos propostos por Bardin (2011). Tal utilização consistiu estritamente na conversão da transcrição das entrevistas efetuadas e documentos selecionados, em “unidades de registros” e do procedimento de “categorização inicial”, ocorridos em fase de “pré-análise” dos dados levantados, procedimentos estes próprios ao referido método.

Os laços relacionais e redes de contatos, que compõem a noção de “capital social”, são considerados como fatores definidores do desempenho do imigrante empreendedor na localidade “opção” de destino e a base de análise da abordagem designada *embeddedness* (Cf. GRANOVETTER, 1985). O “capital social” e recursos pessoais do empreendedor, relacionados à “estrutura de oportunidades” disponível para tal imigrante e a relação dessa estrutura com a estrutura político-institucional vigente, são as condicionantes consideradas para análise na abordagem do *mixed embeddedness* (“incrustação mista”), modelo desenvolvido por Kloosterman, Vander Leun e Rath (1999), inicialmente aplicado em uma economia avançada como a Holanda. O referido modelo analítico propõe que seja promovida uma relação do **nível “micro”** (*micro-level*), do indivíduo empreendedor (e seus recursos pessoais), com o nível da **“estrutura de oportunidades”** – nível “meso” (*meso-level*) – considerando um dado local e tempo. Deve ainda, completando as análises e a implementação do referido modelo de abordagem, ser estabelecida em certa medida (“não muito rigidamente”), uma conexão dessa estrutura com na qual se insere o empreendedor, ao correspondente **quadro macro-institucional** vigente. Tal iniciativa analítica, segundo os autores, propicia a compreensão e *insights* sobre os recursos necessários a um empreendedor “aspirante ou nascente”, tendo em vista a estrutura de oportunidades (Kloosterman, 2010, p.26-27)¹³. Kloosterman et al (1999), colocam como exemplos de instituições:

sistema de bem-estar social (*welfare system*), a organização de mercados, a estrutura de regras e regulações junto com o seu endosso, políticas de residência (impactando na distribuição

¹³ Tradução nossa.

residencial de imigrantes) e também associações de negócios e práticas de negócios específicas que regula mercados particulares, significativamente afeta estruturas de oportunidade seja a nível local, de um setor ou nacional (Kloosterman et al, 1999, p. 06)¹⁴

3. IMIGRANTES EMPREENDEDORES ITALIANOS EM SERGIPE – RELATOS DE CAMPO

A partir do ano de 2012, ocorreu a aproximação do universo de pesquisa a partir do envolvimento deste pesquisador, para fins profissionais, com dois grupos de empreendedores italianos que tinham intenções de iniciar atividades no estado de Sergipe, a saber, empresa *A&T Progetti Srl* que não chegou a se estabelecer formalmente na região por razões ligadas à falta de um planejamento mais consistente ou, em outros termos, poderíamos alegar a sua deficiência na mobilização de capitais diversos. O Outro grupo foi o dos membros da empresa *Polypromotion do Brasil LTDA*, ambos com origem no norte da Itália (região do Piemonte e da Lombardia), atuando, respectivamente, no setor de engenharia/ arquitetura e o de incorporação imobiliária, sendo os empreendedores ligados a este último, objeto de nossa pesquisa.

As primeiras observações que puderam ser feitas sobre as cinco entrevistas realizadas com os empreendedores italianos é a de que todos detém um bom nível do idioma português, o que foi imprescindível para realização das entrevistas sem a necessidade de um interprete, opção que seria um dificultador na aplicação da técnica. Entretanto, apesar do bom domínio da língua portuguesa, constatou-se no discurso de cada um deles, em graus variados, momentos de confusão entre os dois idiomas, como em relação ao uso de certas palavras e expressões, o que leva a pequenas imprecisões de ordem semântica na compreensão e utilização do idioma português. Acreditamos ainda, que as peculiaridades de ordem cognitiva foram em certa medida contornadas pelo fato do pesquisador adotar, na medida do possível, um vocabulário mais simplificado, com perguntas formuladas de modo autoexplicativo. Outro fato favorável é o do pesquisador dispor de boas noções do idioma italiano, o que facilita na interpretação de passagens do discurso em que houve as referidas pequenas confusões entre os idiomas.

¹⁴ Tradução nossa.

A partir dos documentos selecionados e das entrevistas realizadas, foram colhidas informações sobre o perfil e a experiência dos empreendedores italianos na região de Sergipe desde a chegada ao país no ano de 2011. Diferente do que se poderia esperar, não se percebeu nas representações colhidas a partir dos relatos, uma intenção em se criar ou reafirmar uma imagem ou valores enquanto italianos, como fruto de uma auto-representação (ENNES, 2001, p. 53). No que tange aos negócios, constatou-se que além da disposição de alto capital financeiro, havia, em geral, alguma experiência em gestão de empresas e experiência internacional por parte dos mesmos. Inicialmente, no ano de 2011, foram realizadas pelos empreendedores algumas visitas a terrenos no estado de Sergipe para possíveis aquisições na capital Aracaju e municípios de Lagarto, Barra dos Coqueiros entre outros, considerando os resultados de uma alegada pesquisa de mercado por eles encomendada, que considerou a região de Sergipe como de grande potencial para a comercialização de imóveis – grande oferta de terrenos, alta demanda e com preços de venda ao consumidor relativamente altos para os imóveis (valor do metro quadrado) quando em comparação com algumas outras regiões brasileiras, o que gerou boas perspectivas de negócios e lucros. Não nos chegou a informação, porém, qual entidade ou profissionais teriam realizado tal pesquisa de mercado, nem qual teria sido sua abrangência, soube-se apenas que houve a contratação de um escritório de São Paulo.

Uma vez instalados na região, depararam-se com a situação em que não contavam propriamente com uma rede de contatos ou mesmo, o mínimo desejável de relações seja com nativos ou conacionais / coétnicos na região, o que se mostrou como um obstáculo para a formação de uma equipe condizente com as pretensões dos dirigentes ou para o estabelecimento das parcerias necessárias nessa fase inicial. Não houve, também, a iniciativa de se contratar algum profissional nativo especializado na assessoria para empresas em tal situação – processo de instalação, seleção e contratação de recursos humanos em outro país. O estado de Sergipe, a seu turno, não prevê em seu quadros institucionais, segundo a visão dos entrevistados, ações coordenadas para o devido amparo a iniciativas de empresários estrangeiros ou empreendimentos de pequeno a médio porte, com objetivos de adentrar o mercado da região, entretanto, apesar dessa precariedade estrutural, foi

relatado por parte dos entrevistados, um bom acolhimento pessoal e boa vontade por parte de pessoas ligadas ao setor público em atender os seus anseios.

Constatou-se, assim, que as relações negociais (e pessoais) foram inicialmente estabelecidas de modo muito informal e casualmente. Não houve, por exemplo, seleções formais de profissionais para assumir os cargos mais altos na empresa ou não se utilizavam de maiores critérios de ordem técnica ao se estabelecer parcerias ou relações profissionais relevantes com nativos, ocorrendo que alguns destes, não correspondendo à confiança depositada, mostraram-se pouco éticos ou competentes no decorrer do tempo. Quanto a esses aspectos, um dos entrevistados italianos, sem poder de gestão, considerou que a início, houve uma abordagem em certa medida ingênua, além de um pouco arrogante por parte dos empreendedores, tendendo a subestimar as instituições locais.

As afirmações deste entrevistado nos indicaram que no caso em estudo, sobretudo no início da experiência dos empreendedores na região de Sergipe houve vulnerabilidades relacionáveis tanto a aspectos do capital humano quanto ao capital social. Kloosterman e Rath (2006), ressaltando a importância do capital social, afirmam que ainda que haja falta de capital financeiro, empreendedores são, porém, capazes de iniciar um negócio contando apenas com o seu capital social. Entretanto, partindo dessa concepção, observa-se no caso em tela, que a lógica inversa não se mostrou muito simples. Observou-se que o fato de não terem encontrado na região de Sergipe a disponibilidade de uma rede de conacionais ou mesmo com os nativos, tornou inicialmente a aventura de empreender na região mais complexa, dispendiosa e por tais razões, mais frustrante. Tais fatos com implicações na seara do capital humano e social, por si só, já delineiam um “padrão migratório” diverso do que ocorreria, por exemplo, com italianos no sul do Brasil, onde certamente, já encontrariam uma rede mais ampla e diversa de coétnicos ou mesmo conacionais¹⁵. Sobre padrões migratórios diferentes dentro do mesmo país, diz Durand (2011):

O padrão migratório refere-se às várias características ou modalidades que definem e distinguem os vários processos e suas fases. Vários padrões podem ser desenvolvidos dentro de um mesmo processo migratório no decorrer do tempo (...). Do mesmo modo, o processo migratório de um país pode conter padrões que diferem de acordo com as várias regiões e setores sociais (DURAND, 2011, p. 64).¹⁶

¹⁵ São exemplos, os estudos realizados por Capellin (2008) e Schmidt (2015).

¹⁶ Tradução nossa.

O papel das redes no estabelecimento e experiência do imigrante empreendedor em um dado destino, pode ser ilustrado pelas seguintes vantagens: proporcionar força de trabalho mais barata; deter informações a cerca das vias de financiamento, clientes e fornecedores, servindo tanto aos empreendedores já experientes quanto aos aspirantes; outros pontos favoráveis que podem ser citados são a facilidade de capacitação de futuros empresários e a ajuda mútua (SOLEÉ et al, 2007).

Outro fator que cremos ter contribuído na difícil experiência inicial relatada pelos empreendedores objeto d o estudo, diz respeito à qualificação e competências desses empreendedores para a missão de iniciar um negócio de tal natureza e dimensões em terra estrangeira. Tais recursos de ordem pessoal, estão implicados no escopo da noção de capital humano, não sendo, no nosso entendimento, a falha do capital social a razão exclusiva, por exemplo, das más escolhas de parceiros nativos para os negócios ou más contratações de pessoal nativo para a empresa. Uma eficaz seleção de recursos humanos, presume-se ocorrer a partir de pessoal devidamente qualificado para a atribuição de seleção de pessoal, onde ainda que não se detenha formação formal na área, ao menos uma sólida experiência prévia para assumir tal encargo se faz recomendável. De modo que, sugerimos que as reladas falhas na condução dos negócios por parte dos empreendedores, seriam prioritariamente uma consequência da “imperícia” ou falta de habilidade, questão relacionável, portanto, ao conceito de capital humano. Tal interpretação é corroborada por Durand (2011), quando diz: “Ter capital humano é um importante meio que torna mais fácil a aquisição de melhores contatos sociais e obtenção de mais altos salários.”¹⁷

As referidas vulnerabilidades decorrentes das peculiaridades de capital social e humano no caso analisado, acreditamos venham a ser amenizadas, além do capital financeiro, por meio do capital étnico do qual o italiano é detentor, salientando que a aferição deste capital é necessariamente vinculado a um dado local e tempo, no caso à região do Brasil na qual se inserem e no recorte temporal da pesquisa. Esta seria uma proposição levantada no presente trabalho. A partir dela, buscamos, a partir das entrevistas, explorar e categorizar conteúdos em torno desse atributo. Ainda segundo Durand, em sua análise sobre a importância do capital étnico no caso de migrantes

¹⁷ DURAND, op. cit, p. 68 (Tradução Nossa).

transgeracionais¹⁸, esclarece que tal capital, não seria privilégio de etnias específicas, mas sim inerente a todo e qualquer nacionalidade ou “etnia”, ou mesmo a qualquer indivíduo. O que se diferencia entre os casos são as peculiaridades do capital étnico que detenha ou desfrute cada um em função de um dado tempo e lugar, no sentido que uns podem ser mais favorecidos que outros por esse tipo de capital, em função de um dado contexto social, abrangendo ainda o componente tempo. Em outros termos, a suposição é que a afinidade cultural, racial e étnica facilitaria o processo de assimilação por um lado e por outro minimizaria a rejeição ou meso favoreceria o acolhimento por parte do nativo na sociedade de destino.¹⁹

Em análise *a posteriori*, porém, recapitulando as entrevistas realizadas, vislumbramos que as perguntas versaram sobre a provável influência que a afinidade dos brasileiros em relação aos italianos poderiam exercer sobre os “negócios” realizados entre as partes, mas nos indagamos, se o termo “negócios” não foi utilizado nas perguntas de um modo, talvez, excessivamente genérico para os fins pretendidos, uma vez que o referido termo pode ser aplicado a diversos contextos e interações dentro da realidade corporativa. Assim em autocrítica, acreditamos que seria mais aconselhável, termos elaborado as perguntas, buscando promover a diferenciação entre as relações organizacionais, como por exemplo, com os fornecedores, entidades da administração pública e, mais enfaticamente, com os consumidores de seus produtos.

Os consumidores entrevistados, de um modo geral ressaltaram que o fato de serem italianos ou europeus foi destacado na fase de negociação das vendas e tal fato teria em certa medida influenciado na decisão da compra do imóvel da maioria deles. Os mesmos entrevistados enfatizaram a expectativa de maior qualidade e requinte ao saberem da origem italiana da empresa. Entretanto, apesar dessa primeira impressão, “o capital étnico” não parece garantir o sucesso do pós-venda. Ao que indicou a pesquisa realizada, o capital étnico pareceu não exercer uma influência direta ou clara ou um favorecimento na definição de negócios de um modo geral, entretanto, tende a favorecer mais claramente na relação direta com o consumidor. Tendendo a conduta destes a ser, em alguma medida, menos racional na ação de

¹⁸Seriam os migrantes que tem como destino a região ou país do qual seus antepassados emigraram no passado, eles seriam em tese, nessa situação, favorecidos pelo capital étnico que detém. Id.

¹⁹ Ibid.

aquisição de um imóvel que se apresenta como projetado por italianos, o que remete a teoria da ação de Weber, podendo a ação do referido consumidor ser enquadrada como a combinação da “*ação de modo racional referente a valores*” (no caso, étnicos ou estéticos), com a *de modo afetivo, especialmente emocional*. (SWEDBERG, 2005)

Indicou ainda a pesquisa, que os italianos e seus negócios não encontram particulares vantagens, ao menos do ponto de vista formal, refletidas na estrutura político-institucional relacionável às atividades dos empreendedores no estado, como por exemplo, nas políticas públicas, regulação do setor, facilidade em acesso à associações de negócios etc., seja a nível estadual ou municipal. Assim, no aspecto do aparato institucional ligado de algum modo ao setor do mercado que atuam ou ao aspecto das instituições voltadas para a imigração, acreditamos que os italianos não cheguem a usufruir de vantagens especiais no mercado da região.

Parte da aplicação da abordagem analítica do *mixed embeddedness* se dá ao promover a análise da relação que se estabelece entre o empreendedor (com recursos pessoais) e a sua inserção na “estrutura de oportunidades” de uma dada economia e mercado, uma vez que para Kloosterman (2010), o tipo de negócio iniciado por um imigrante e a importância deste no processo de sua integração, são determinados não somente pelos recursos que este aspirante a empreendedor tem o poder de mobilizar, mas também são decididos pela específica “estrutura de oportunidade”, em determinado lugar e tempo (Kloosterman, 2010, p. 26).²⁰

No caso estudado em Sergipe, observou-se a partir do material colhido - entrevistas e documentos – que dentre os recursos que possuem, o fator basilar na implementação e manutenção do projeto veio a ser a relativamente alta disponibilidade de capital econômico, mostrando-se ainda mais importante, sobretudo, ante as deficiências aqui apontadas relacionadas ao capital humano e capital social por parte dos empreendedores envolvidos. Apesar das apontadas deficiências, acreditamos que o ímpeto empreendedor e a experiência internacional prévia, foram também fatores relevantes nesse processo, que estariam incluídos, a seu turno, na noção de capital humano. Ressalta-se ainda que possam os empreendedores italianos virem, em certa medida, a ser favorecidos pelo capital étnico do qual são detentores no contexto social da região e período analisados.

²⁰ Tradução nossa.

Quanto à estrutura de oportunidade com a qual esses empreendedores se defrontaram **inicialmente** na região de Sergipe, esta pode ser descrita, em linhas gerais, do seguinte modo: grande oferta de terras na região, aliada a alta cotação dos imóveis no mercado (valor do metro quadrado) em relação a outras regiões brasileiras, o que gerava a expectativa de maiores lucros, portanto, sinais de um mercado em expansão. Tais fatos mostraram-se, na visão dos empreendedores, como as mais destacadas vantagens da região, sendo outros pontos também ressaltados por dois dos entrevistados, o clima quente como mais atrativo quando em comparação com o sul do país, onde, além disso, o mercado seria mais “saturado”, “não faltando nada” (Entrevistado 4). Entretanto, apesar dos citados apelos da região, a razão crucial da vinda dos italianos para Sergipe, ou melhor, de buscar alternativas ao mercado europeu, teria sido mesmo a crise de 2008 na Europa. Tal realidade remete a teoria pós-industrial do Pós-fordismo e a sua ênfase à “acumulação flexível”, onde fronteiras passam a ser transpostas com maior fluidez em nome da sobrevivência, busca por menores custos ou simplesmente oportunidade de aferir maiores lucros, considerando o contexto socioeconômico e cultural da localidade de destino dos negócios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, acreditamos termos satisfatoriamente alcançado todos os objetivos, como também respostas ao problema inicialmente suscitado. A adoção do método estudo de caso sob a perspectiva analítica do mixed embeddedness para um caso no nordeste brasileiro, mostrou-se medida de certa audácia, contudo, eficiente e qualificado em vista aos fins propostos. Mostrou-se também pertinente o destaque às teorias pós-industriais, considerando a temática de fundo socioeconômico e as peculiaridades do caso atinentes ao início de século XXI, no que acreditamos ser um processo explicável pela teoria pós-fordista.

A escolha de Sergipe como destino migratório da investida internacional do grupo de empreendedores com fins de abertura de uma empresa de médio porte do setor imobiliário, região sem tradição de destino de migração internacional ou sequer representar destaque como destino turístico internacional, reforça a crença no fato de tal decisão se dar por razões eminentemente mercadológicas, ou dentro da gramática

do modelo analítico aqui adotado, devido à existência de uma “estrutura de oportunidades”, que gerou inicialmente adequada abertura de mercado para esses empreendedores, a partir do ano de 2011, sendo a relativa estabilidade da economia em meio à crise atribuída a política econômica federal à época. Outros fatores relevantes no processo foram o considerável poderio financeiro (capital econômico), somado ao razoável nível técnico (ou capital humano) desses empreendedores - conhecimentos em gestão, experiência internacional de parte dos empreendedores, habilidades, formação educacional.

Entretanto, a experiência dos empreendedores italianos objeto de nosso estudo desde a chegada ao Brasil no ano de 2011, não mostrou-se plenamente favorável. O fato da região de Sergipe não dispor de uma comunidade de conacionais ou coétnicos destes empreendedores, mostrou-se um obstáculo ao estabelecimento de relações confiáveis e de colaboração, o que, segundo a literatura, facilitaria a integração, sobrevivência e chances de sucesso do grupo imigrante. Esta precariedade do “**capital social**”, foi em parte suprida pelo alto **capital econômico** disponível a esses empreendedores a partir de suas relações transnacionais. As dificuldades encontradas nas relações, mais especificamente, nas relações profissionais ou organizacionais com os nativos, são somadas a certas peculiaridades decorrentes do **capital humano**, onde certo despreparo gerencial, confundível com ingenuidade, os fizeram eleger parcerias sem as necessárias competências para um início dos negócios de modo mais harmonico e favorável no país. Ainda tratando de capital mobilizado por eles, ao se buscar testar a proposição levantada acerca do “**capital étnico**” favorecer ou não o imigrante empreendedor italiano em seus negócios na região de Sergipe, esta se mostrou favorável ao menos na relação do italiano com os consumidores dos imóveis por eles vendidos, quando o apelo de ser uma empresa de origem italiana gera expectativas positivas no que tange a padrão de qualidade e estético.

Alguns outros obstáculos encontrados por esses imigrantes são os atribuíveis ao quadro político-institucional - a burocracia, destacando a complexidade das demandas de ordem fiscal e trabalhista. No estado de Sergipe foi enfatizado um certo corporativismo do setor imobiliário, sendo uma evidência a restrição encontrada ao tentarem se vincular como membro à importante associação local do setor. Apesar do bom trato pessoal que recebem nos ambientes institucionais que frequentam, foi uma

outra queixa, a falta de aparato técnico adequado dessas instituições privadas ou públicas para a assistência a esses empreendedores estrangeiros em suas necessidades de cunho administrativo ou fiscal, seja a nível municipal ou estadual ou a devida atenção aos investimentos para fins produtivos. A alegada “falta de diálogo” entre entidades ou falta de sincronia de ações que beneficiem este tipo de empreendedor, geram morosidade, maiores custos e desestímulo. A falta de suporte institucional voltado para o imigrante empreendedor internacional mostra-se comum em cidades relativamente novas como destino de imigração internacional, como ocorre com a capital e demais municípios da região de Sergipe (PRICE e CHACKO, 2009).

No nosso entendimento, considerando o arcabouço analítico priorizado no modelo do *mixed embeddedness*, o diferencial que poderíamos destacar ante achados de estudos desenvolvidos em localidades da Europa e outras regiões é que a força do capital social a partir das relações entre coétnicos, marcante nos estudos de fora, não se verifica no caso de Sergipe, onde são praticamente inexistentes tais relações, sendo um elemento que poderia ser destacado, especificamente no caso estudado, a importância da conjunção capital econômico e capital étnico, como relevante na experiência e desempenho do empreendedor italiano em Sergipe.

Assim, acreditamos que futuros trabalhos, talvez considerando estudos de casos múltiplos em diferentes cidades ou um comparativo entre a realidade de grupos italianos com outros grupos étnicos diversos no nordeste brasileiro, poderiam assegurar a definição de padrões migratórios e aprofundar e enriquecer consideravelmente estudos sobre o tema da imigração do empreendedor e das categorias neste trabalho relacionadas, na referida região do país.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Lei Complementar Nº 123, de 14 de Dezembro de 2006. Poder Executivo. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm >. Acesso em: 18 de abril de 2017.

BRAILLY, Julien et al. Embeddedness as a multilevel problem: A case study in economic sociology. **Social Networks**, v. 44, p. 319-333, 2016.

ENNES, Marcelo Alário. **A construção de uma identidade inacabada: nipo-brasileiros no interior do Estado de São Paulo**. Unesp, 2001.

HARVEY, David. The condition of postmodernity: An enquiry into the origins of social change, Cambridge - MA, Blackwell, 1990.

HOLMWOOD, John. Sociology after Fordism: Prospects and problems. **European Journal of Social Theory**, v. 14, n. 4, p. 537-556, 2011.

JONES, Trevor et al. New migrant enterprise: novelty or historical continuity? **Urban Studies**, v. 49, n. 14, p. 3159-3176, 2012

KLOOSTERMAN, Robert; VAN DER LEUN, Joanne; RATH, Jan. Mixed embeddedness: (in) formal economic activities and immigrant businesses in the Netherlands. *International journal of urban and regional research*, v. 23, n. 2, p. 252-266, 1999.

KLOOSTERMAN, Robert; RATH, Jan. Immigrant entrepreneurs in advanced economies: mixed embeddedness further explored. **Journal of ethnic and migration studies**, v. 27, n. 2, p. 189-201, 2001.

KLOOSTERMAN, Robert; RATH, J. Mixed embeddedness as a conceptual framework for exploring immigrant entrepreneurship. **Eurex Lecture**, v. 8, p. 111-135, 2006.

KLOOSTERMAN, Robert C. Matching opportunities with resources: A framework for analysing (migrant) entrepreneurship from a mixed embeddedness perspective. **Entrepreneurship and Regional Development**, v. 22, n. 1, p. 25-45, 2010.

KUMAR, Krishan. Da sociedade pós-industrial à pós-moderna. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

MCKENZIE, Brian; UGBAH, Steve D.; SMOTHERS, Norman. "Who Is an Entrepreneur?" Is It Still the Wrong Question? **Academy of Entrepreneurship Journal**, v. 13, n. 1, p. 23, 2007.

PRICE, Marie; CHACKO, Elizabeth. The mixed embeddedness of ethnic entrepreneurs in a new immigrant gateway. **Journal of Immigrant & Refugee Studies**, v. 7, n. 3, p. 328-346, 2009.

RATH, J. C. et al. Needle games. A discussion of mixed embeddedness. 2002b. In: *Unravelling the Rag Trade: Immigrant Entrepreneurship in Seven World Cities*. Editor Jan Rath. Oxford. New York: Berg Publishers, 2002.

SOLE, Carlota et al. **El empresariado inmigrante em España**. Fundación "la Caixa", 2007.

SWEDBERG, Richard. **Max Weber e a idéia de sociologia econômica**. Via Lettera Editora e Livrar, 2005.

VALE, Gláucia Vasconcelos; WILKINSON, John; AMÂNCIO, Robson. Empreendedorismo, inovação e redes: uma nova abordagem. **RAE-eletrônica**, v. 7, n. 1, p. 7, 2008

WEBER, Max. Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva, trad. **Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa**, 4ª Ed. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, v. 1, p. 243-275, 2009.